

II Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Ernesto Laclau e seus
Interlocutores
25 a 27 de setembro de 2017
Pelotas/RS – Brasil

Grupo de Trabalho 3: Teoria do Discurso, Ciência e Tecnologia

Título: Aspectos da Teoria do Discurso e da psicanálise
apropriados por Chantal Mouffe em seu modelo pluralista
agonístico:

uma abordagem do debate sobre o “Escola Sem Partido” em grupos
de direita no *Facebook*

Murilo Paiotti Dias
Bacharel em Ciências Sociais e Mestrando em Sociologia pelo Programa de
Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UFPel.
Leo Peixoto Rodrigues
Doutor em sociologia, professor dos programas de pós-graduação em
Sociologia e Ciência Política – UFPel.

Universidade Federal de Pelotas – UFPel
E-mail: murilopaiotti@gmail.com

Aspectos da Teoria do Discurso e da psicanálise apropriados por Chantal Mouffe em seu modelo pluralista agonístico: uma abordagem do debate sobre o “Escola Sem Partido” em grupos de direita no *Facebook*

Murilo Paiotti Dias

Léo Peixoto Rodrigues

Resumo: O artigo propõe utilizar de conceitos da psicanálise e da Teoria do Discurso (TD) trabalhados por Chantal Mouffe, e de conceitos próprios da filosofia e sociologia digital de Pierre Lévy e Manuel Castells (dentre outros autores da sociologia digital), para compreender como grupos liberais e conservadores de *Facebook* debatem a questão do programa Escola Sem Partido e se demandam, ou não, o Projeto de Emenda Constitucional 193/2016 (a PEC do Escola Sem Partido) através de ágoras virtuais que funcionam ou como canais agonísticos e democráticos, ou como canais antagonísticos e intolerantes. O objetivo é investigar parte importante do ciberativismo de direita em suas práticas articulatórias influentes em dimensões *online* e *offline*.

Palavras-chave: filosofia e sociologia digital; teoria do discurso; psicanálise; intolerância

1. A INSTÂNCIA CIBERESPACIAL E HIPERDOCUMENTAL

O sociólogo Pierre Lévy (2011) destaca que “Ciberespaço” é um termo cunhado na obra literária *Neuromancer*, escrita em 1991, por William Gibson. No campo das ciências humanas e sociais, esta noção pode ser entendida como “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (LÉVY, 2011, p 94). Assim, o ciberespaço trata-se de um ambiente de comunicação que compreende um conjunto vasto e incomensurável de interações humanas realizadas nas mais diferentes esferas da vida social: a arte, a política, a educação, a religião etc.

No interior do ciberespaço, há comunidades virtuais – como os grupos de *Facebook*, por exemplo – nas quais são partilhadas as mais diversas experiências de vida. Cada comunidade possui uma característica própria que vincula todos os seus membros. Grupos de *Facebook*, como instâncias do ciberespaço, encorajam uma contínua troca comunitária e recíproca de informações. No mundo virtual, as pessoas reúnem-se em comunidades de acordo com seus interesses comuns, o que faz desse mundo um fenômeno social rico para a investigação (LÉVY, 2011). Sobre o termo “comunidades virtuais”, Lévy (2011, p. 132) afirma que:

As chamadas ‘comunidades virtuais’ cumprem de fato uma verdadeira atualização (no sentido em que põem em contato efetivo) grupos humanos que eram somente potenciais antes do advento do ciberespaço.

A instância da digitalização é o fator que Lévy (2011) considera fundamental para que o ciberespaço seja a principal tecnologia de comunicação e o suporte de memória partilhada socialmente no século XXI. É a instância da digitalização que possibilita um caráter plástico e fluido em tempo real, hipertextual, desse espaço repleto de comunidades virtuais. A reserva digital de virtualidades informacionais do mundo virtual *online* do ciberespaço se atualiza nas interações sociais que percorrem coletivamente tal espaço tornando-o um meio de comunicação e um lugar de encontro entre os que participam de tal mundo.

Para Lévy (2011), os hiperdocumentos possuem um fluxo informacional em tempo real registrado, aberto e acessível *online*. Os usuários de redes sociais, como o *Facebook*, contribuem na construção de um fluxo ininterrupto de hiperdocumentos que são acessados pelos próprios usuários de tais redes. Essa configuração não-linear e não-sequencial afeta a maneira como as pessoas escrevem, minimizando as fronteiras entre o leitor e o escritor, que passam a fazer parte de um mesmo processo no ciberespaço, o que possibilita maior facilidade de distribuição da inteligência coletiva¹ e da cognição, justamente por

¹ Para Lévy (2011), a inteligência coletiva é um saber mais bem compartilhado entre os usuários do ciberespaço, justamente por este ser um ambiente propício tanto para a propagação de conteúdos de destaque para contextos sócio-políticos, quanto para a propagação do que Lévy denominou por “bobagem coletiva”. Este último termo faz referência a conteúdos como rumores e conformismo em rede. A veracidade das notícias e informações propagadas na Internet são importantes para a aprendizagem e avaliação que os usuários das redes sociais podem fazer

transpor a atividade da escrita como individual para uma atividade mais coletiva e colaborativa (MARCUSCHI; PERNAMBUCO, 2001). Os hipertextos são esses textos que se modelam e se constroem a partir dos elementos das mensagens que são frutos de atores da comunicação (MAGNABOSCO, 2009). Lévy (1993, p. 20) define o hipertexto da seguinte forma:

Tecnicamente, um hipertexto é um conjunto de nós ligados por conexões. Os nós podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos ou partes de gráficos, sequências sonoras, documentos complexos que podem eles mesmos ser hipertextos. Os itens de informação não são ligados linearmente, como em uma corda com nós, mas cada um deles, ou a maioria, estende suas conexões em estrela, de modo reticular. Navegar em um hipertexto significa, portanto, desenhar um percurso em uma rede que pode ser tão complicada quanto possível. Porque cada nó pode, por sua vez, conter uma rede inteira.

A *Internet*, conforme aponta Castells (2015, p. 355), se configura como uma ágora pública que serve de “espaço de interação significativa da sociedade, onde ideias e valores são formados, transmitidos, apoiados e resistidos; espaço que, em última instância, se torna um campo de treinamento para ação e reação”. O autor reconhece que as redes sociais materializam uma estrutura social nova, em rede, que transforma a paisagem social e organizacional das redes com lógicas de comunicação horizontalizadas. Amaral e Ferreira (2015) concordam que, através de um viés que não o da mídia tradicional, a internet ajuda a configurar estratégias, debates e expor as próprias repressões sofridas por militâncias de movimentos sociais que demandam politicamente por seus direitos de cidadania. A Figura 1, abaixo, pode ser tomada como exemplo disso:

das situações. Assim, a “procura da verdade” é, para Patrocínio (2002), um exercício que os cibercidadãos precisam estar sempre colocando em prática para desenvolverem suas ações políticas de modo a evitar que se prejudique a credibilidade de uma dada militância.

Figura 1 - Cena de repressão policial registrada por um internauta²



Fonte: Imagem extraída da página de *Facebook* de um grupo liberal.

Patrocínio (2008) pensa a cidadania como uma condição do homem na sociedade, na qual o respeito interpessoal entre os cidadãos expõe a capacidade de um exercício de alteridade positivo e responsável com relação aos outros cidadãos. A *netiquette*, segundo Patrocínio, é a existência de regras de convivência em contextos online das redes digitais que venham a garantir, ou não, o equilíbrio das paixões entre sujeitos políticos com interesses diferentes e (ou) opostos.

Os usuários da *Internet* não são meros consumidores passivos de informações. Eles se comunicam, se expressam e engajam em alianças e afiliações sociais. Cerca de um bilhão de pessoas no mundo participam de comunidades *online* regularmente em suas vidas sociais (KOZINETS, 2014).

² A imagem se refere a um vídeo extraído do grupo "Liberal D", presente no *Facebook*. As imagens do vídeo mostram um estudante secundarista sendo repreendido pela Polícia Militar por conta de uma ocupação escolar estudantil que acontecia no Estado de São Paulo. Os compartilhadores do vídeo demandam a não aprovação da PEC 193/2016, apelidada por eles como "Lei da Mordaza".

*Netizens*³ compõem as instâncias de grupos que formam ágoras públicas no ciberespaço e se unem e disputam para desempenhar uma força cidadã representada socialmente nas comunidades virtuais a partir dos hiperdocumentos que eles, os cibercidadãos, inserem no ciberespaço para os fins políticos que buscam (JUNGBLUT, 2004). Para Miskolci (2016, p. 277): “na sociedade digital passamos a viver em um contínuo *on-offline*, no qual – conectados em rede por meio de plataformas – consumimos, mas também criamos e compartilhamos conteúdos”. O próprio Estado utiliza o ciberespaço para consultar a opinião da população, como evidencia a Figura 2:

Figura 2 - Consulta pública realizada pelo Senado acerca do Projeto de Lei 193/2016

CONSULTA PÚBLICA

PLS 193/2016
PROJETO DE LEI DO SENADO nº 193 de 2016
Autoria Senador Magno Malta

Ementa Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido".
Explicação da Ementa Inclui entre as diretrizes e bases da educação o "Programa Escola sem Partido".

É possível opinar enquanto a matéria tramita no Senado

VOCÊ APOIA ESSA PROPOSIÇÃO?

SIM 192.582 **NÃO** 203.700

Fonte: Página de Internet do Senado Federal.

Oliveira e Haddad (2001) argumentam que é justamente esse exercício político *online* que permite pensar algumas instâncias do ciberespaço, como grupos que formam ágoras públicas por realizarem debates sócio-políticos, a partir da ideia de que são esferas mais informais da sociedade civil.

2. A TEORIA DO DISCURSO, O PLURALISMO AGONÍSTICO E CANAIS AGONÍSTICOS E ANTAGONÍSTICOS ONLINE

³ O termo *netizen* (cibercidadão), conforme explica Patrocínio (2008), designa o cidadão da sociedade tecnológica digital. O neologismo foi utilizado pela primeira vez por Hauben, em 1992. Em 1995, junto a Ronda Hauben, o casal lançou o livro *Netizens: On the impact and History of Usenet and the Internet*. Apesar de Hauben ter considerado que os *netizens* são apenas os usuários da *Internet* que engajam comunicativamente para acrescentar aspectos de trabalho cooperativo através de debates construtivos, sem pensar no lucro ou ganho individual, o autor reconhece que essa é uma definição pessoal que ele estabeleceu academicamente para um termo que emerge das comunidades *online* para ser amplamente tratado na comunicação falada e escrita, não apenas científica.

A Teoria do Discurso começou a ser desenvolvida na década de 1980, pelo filósofo político argentino Ernesto Laclau e a cientista política belga Chantal Mouffe, tendo sido inaugurada com o lançamento da obra *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*, em 1985. Tendo como matriz epistemológica o pensamento pós-estruturalista⁴, a Teoria do Discurso investiga a questão do poder na constituição das relações sociais (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014).

A Teoria do Discurso trata os discursos, e não o sujeito, como a origem das relações sociais, as quais são dispersas, destotalizadas e descentralizadas. Laclau e Mouffe (2015) concebem o sujeito como um ser ambíguo, incompleto e polissêmico, que deve ser visto sempre através da sua posição ocupada no interior do campo da discursividade. Este campo, por sua vez, se apresenta como um espaço aberto, contingente e que não possui nenhum centro essencializado (a instância hiperdocumental pode se apresentar na forma de tais campos) (LACLAU; MOUFFE, 2015). Conforme a definição apresentada pelos autores:

Referimo-nos ao “discurso” como um sistema de entidades diferencias, isto é, de momentos. [...] Tal sistema só existe como limitação parcial de um excesso de sentido que o subverte. Sendo inerente a toda situação discursiva, este “excesso” é o terreno necessário à constituição de toda prática social. A ele chamaremos de campo da discursividade. Este termo indica a forma de relação com todo discurso concreto: ele determina simultaneamente o caráter necessariamente discursivo de qualquer objeto, e a impossibilidade de qualquer discurso dado implementar uma sutura final (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 186).

Laclau e Mouffe são contrários à ideia de que a “sociedade”, como totalidade, opere como a causa de seus processos parciais. Para a Teoria do Discurso, os fenômenos sociais são sobredeterminados, ou seja, não é possível

⁴ O Estruturalismo constitui-se em uma corrente de pensamento que tem seu início em três cursos de Linguística Geral oferecidos na Universidade de Genebra, entre 1906 e 1911, pelo linguista Ferdinand de Saussure, os quais foram sistematizados, em 1916, no “Curso de Linguística Geral”, livro publicado postumamente por seus alunos. Para além da influência que Saussure teve entre os linguistas, o seu ensino foi transposto – e alterado em certa medida – para a antropologia de Lévi-Strauss, e, depois disso, para as diferentes áreas das ciências humanas e sociais. Autores vinculados ao Estruturalismo iniciam, através de uma crítica à pretensão de Lévi-Strauss em estabelecer cariz científico positivo através de métodos e fundamentos provindos do realismo epistemológico, o que ficou conhecido como o Pós-Estruturalismo, uma vertente teórico-epistemológica qualificada, também, como pós-fundacionalista ou antifundacionalista (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014).

abordá-los em uma simples relação de causalidade que implique um sentido singular empreendido por uma única agência (BURITY, 2014). Assim, afirmam Laclau e Mouffe (2015, p. 166):

Devemos, portanto, considerar a abertura do social como fundamento constitutivo ou a “essência negativa” da existência, e as diversas ordens sociais como precárias e, em última instância, tentativas fracassadas de domesticar o campo das diferenças. Da mesma forma, a multiformidade do social não pode ser apreendida através de um sistema de mediações, nem a “ordem social” compreendida como um princípio subjacente. Não existe espaço suturado correspondente à “sociedade”, uma vez que o social em si não possui essência.

Para negarem qualquer espécie de abordagem essencialista das relações sociais, Laclau e Mouffe (2015) pensam toda identidade em seu caráter precário, que decorre justamente da impossibilidade de uma fixação última do sentido dos “elementos”. Daí que, para os autores, toda e qualquer estrutura discursiva é vista como o resultado de uma prática articulatória que vem a constituir e organizar as relações sociais. Assim, toda articulação consiste em “uma prática instituinte de pontos nodais, que fixam parcialmente o sentido do social num sistema organizado de diferenças”⁵ (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 214).

Laclau e Mouffe (2015) esclarecem que os sentidos são fixados parcialmente, porque é possível se pensar em termos de forças antagonísticas que negam sistemas de diferenças. O antagonismo, como limite do social, que vem a ser resultado de práticas articulatórias externas aos agentes sociais, interrompe a linguagem (um sistema de diferenças) e se põe nos limites dessa sem por ela ser apreendido. Ou seja, a especificidade de uma prática articulatória hegemônica deve ser pensada através do confronto e das formas concretas de subordinação que ela apresenta com outras práticas articulatórias que sejam antagonísticas. Assim, afirmam os autores:

O social só existe como esforço parcial de construção da sociedade – ou seja, um sistema de diferenças objetivo e fechado – o antagonismo, como testemunha da impossibilidade de uma sutura final, é a experiência do limite do social. Rigorosamente falando, os antagonismos não são internos, mas externos à sociedade; ou melhor, eles constituem os limites da sociedade, a impossibilidade última desta última se constituir plenamente (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 203)

⁵ Um ponto nodal é um ponto discursivo privilegiado que serve de articulação a múltiplas identidades que, através das diferentes apropriações que compuseram sentidos indeterminados a tal ponto, fizeram deste um significante sem significado, ou seja, vazio (MENDONÇA, 2007).

A hegemonia é uma espécie de relação política, cujos efeitos – que só são possíveis graças a um excesso de sentido – são de operações de deslocamento na infinitude do campo discursivo do social, que não é, de forma alguma, redutível a qualquer princípio unitário subjacente que se coloque como centro do social (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Segundo Pessoa (2014), é justamente pelo fato da hegemonia ser uma relação política que não é reduzida ou essencializada na figura do Estado ou de um partido político, por exemplo. Assim, o autor argumenta que é possível se apropriar da Teoria do Discurso para pensar as lógicas hegemônicas e antagônicas nos mais diferentes níveis de uma pesquisa empírica, o que emancipa a teoria laclauniana de uma abordagem restrita às análises de classe, própria de diferentes espécies de marxismo, ou de abordagens limitadas a níveis geográficos. Ora, se Pessoa está certo, até mesmo níveis virtuais da pesquisa empírica como, por exemplo, o ciberespaço, podem servir como objeto a ser investigado à luz das reflexões de Laclau e Mouffe.

Chantal Mouffe escreve sua obra advogando por um modelo – embora inacabado (MENDONÇA, 2010)⁶ – de democracia agonística. Segundo a autora, é preciso que as pessoas que decidam pensar o social desistam de acreditar na possibilidade de um consenso final entre identidades coletivas disputantes do espaço político. Para Mouffe, não há reconciliação última entre os adversários no jogo democrático. Conforme as palavras da autora:

Na minha opinião, a crença na possibilidade de um consenso racional universal tem colocado o pensamento democrático no caminho equivocado. [...] A tarefa dos teóricos e políticos deveria consistir em promover a criação de uma esfera pública vibrante de luta “agonística”, onde pudesse se confrontar diferentes projetos políticos hegemônicos. Esta é, no meu ponto de vista, a condição *sine qua non* para um exercício efetivo da democracia (MOUFFE, 2007, p. 11).

⁶ Aqui leva-se em conta a crítica de Mendonça (2010) à democracia agonística de Chantal Mouffe, ao considerá-la um princípio de ação e não um modelo completo. Por mais que Mouffe compreenda a dimensão do conflito como inerente à lógica constitutiva do social e das relações políticas, e, por isso, o consenso seja um “consenso conflituoso” que expressa a representação precária de um projeto político contingente, que não domina o campo social, tal posicionamento não se impõe como modelo bem estabelecido, mas como princípio norteador que serve de proposta para “domesticar” relações antagônicas (MENDONÇA, 2010). Assim, não se pretende contrariar a importante observação de Mendonça, embora não se desconsidere aqui a relevância do aviso de Mouffe.

É muito importante, na perspectiva de Mouffe, que os cidadãos possam encontrar, nas disputas agônicas, identidades coletivas com as quais possam estabelecer processos de identificação. Tais processos são importados da psicanálise freudiana e são incompatíveis com qualquer perspectiva essencialista da identidade, pois tornam esta “um momento instável da prática da identificação” (BURITY, 1997, p. 6). Assim, Mouffe (2007, p. 32) argumenta que:

[É] crucial para a teoria democrática levar em conta a dimensão afetiva da política, e para isto é necessário um sério diálogo com a psicanálise. A análise de Freud do processo de “identificação” destaca o investimento libidinal que opera na criação das identidades coletivas, e nos fornece importantes indícios ao que se refere à emergência dos antagonismos.

A identificação, segundo Freud (2013, p. 96), como “a forma de ligação emocional mais precoce e mais original”, tem o efeito de fornecer ao “eu” as formas que ele apreende através dos moldes de um objeto identificado. O objeto pode ter a qualidade de uma outra pessoa ou de uma identidade coletiva. Assim, “Freud escolheu a identificação para exprimir a incompletude da identidade; a identificação não faz, na verdade, o mesmo, ela tem por efeito multiplicar esse suposto mesmo” (FLORENCE, 1994, p.145).

Mouffe não desconsidera a dimensão afetiva da política, que é uma dimensão que se encontra tanto em um nível ôntico (“a” política), ou seja, empírico e de interesse dos cientistas políticos, quanto em um nível ontológico (“o” político), que faz referência à impossibilidade do fim dos conflitos e antagonismos, ou da ausência de poder nas relações sociais. Portanto, para teorizar a partir dos processos de identificação, a autora acusa um investimento libidinal operante nas criações de identidades coletivas (MOUFFE, 2007).

Freud transpõe o conceito de libido – primeiro estabelecido na filosofia, depois qualificado pelos sexólogos do início do século XX como *libido sexualis* – para a psicanálise. A libido, em Freud, sendo ao mesmo tempo quantitativa e qualitativa, traduz o caráter universal do conceito de sexualidade. Em alemão, o termo libido aproxima-se de *Liebe* (desejo/amor). Para Freud (1996), depois deste escrever “Além do princípio do prazer”, em 1920, as “pulsões de vida”, Eros, estão ligadas a tudo o que pode se compreender a partir do termo “amor”. Por sua vez, as “pulsões de morte”, Tânatos, fazem menção a um “desligamento

da vida”, por serem consideradas destrutivas e agressivas. Nesse sentido, é preciso lembrar que as pulsões de morte estão a serviço das pulsões de vida (PRATA, 2000), e também, que na democracia pluralista, o conflito se coloca como premissa para disputas de uma pluralidade contingente de ordens hegemônicas. Em relação a isso, Bevidas e Ravanello (2006, p. 137) afirmam que:

A identidade tratar-se-ia, pois, de uma *paixão-limite*, ponto de miragem patêmica do sujeito (...). Assim situada a identidade, numa região limite a permanecer como uma linha do horizonte, todas as situações humanas de vínculos sociais ou de construção da subjetividade, de interações intersubjetivas ou da dinâmica (libidinal) psíquica, se distribuiriam na larga faixa de um percurso sob tensão entre o polo do mesmo e do outro, no percurso complexo, matizado e fortemente modalizado, da *Identificação* ou das identificações.

As disputas agônicas pressupõem que se estabeleça, através dos processos de identificação, o estatuto de adversário a um outro que é legítimo de participar dos processos políticos com seus diferentes projetos hegemônicos. Tal configuração de relação democrática, própria do pluralismo agonístico, rejeita a legitimidade de identidades coletivas que tomem outras identidades coletivas como inimigas, ou seja, como um “eles” a ser eliminado.

Canais democráticos pluralistas devem ser pensados para que as relações sociais não adquiram um caráter antagônico, ou seja, para que as identidades coletivas não assumam uma perspectiva de “nós” contra “eles” na linha de “amigos” e “inimigos”. Tais canais não propõem o fim das expressões políticas apaixonadas, mas a possibilidade de que aqueles que se confrontam na sociedade civil não venham a assumir o posicionamento antagônico, porque podem sublimar⁷ tais paixões através dos canais da democracia agonística (MOUFFE, 2007).

⁷ A libido modifica seus investimentos. Ela muda de alvo e objeto. Na sublimação, desde uma perspectiva freudiana, a pulsão libidinal encontra satisfação desviando do objeto e do alvo sexual (embora tal processo seja associado a Eros, e, por isso, a sublimação seja um destino para os representantes das pulsões sexuais) para ser investida em atividades e objetos socialmente valorizados (VALAS, 2001), como no caso dos confrontos em uma democracia agonística. Diferentemente de uma formação reativa (um processo ligado a sentimentos tais como a humilhação, asco, vergonha), por exemplo, que em um primeiro momento na obra de Freud é tida como um subprocesso sublimatório não diferenciado da sublimação, mas depois o é pelo fato das formações reativas envolverem o recalçamento da sexualidade, a sublimação é um outro destino das pulsões que não o do recalçamento e de seus distintos instantes: fixação, recalque propriamente dito e retorno do recalçado. Desde uma perspectiva lacaniana, que trabalha mais com a questão ética, tal definição da sublimação é considerada normativa por estar estritamente ligada a uma noção de adaptabilidade social. Lacan afirma que a sublimação eleva um objeto à

A perspectiva adversarial de Mouffe (2007) é de grande valor na ajuda a se “domesticar” os conflitos antagônicos entre amigos e inimigos. Segundo Mouffe, o dissenso é a condição mesma do modelo democrático, de modo que a discordância na política está longe de se apresentar como uma ameaça a tal modelo. A perspectiva adversarial apresenta a possibilidade de tornar os conflitos – através da sublimação das aspirações políticas de identidades coletivas em constantes e contingentes relações de dissenso – em formas agonísticas capazes de estabelecerem reconfigurações da estrutura de uma sociedade que só são possíveis no pluralismo agonístico, através dos projetos hegemônicos propostos entre adversários. Assim, os canais agonísticos (canais democráticos que pressupõem o respeito entre os adversários) servem de alternativas e influências às realizações de dramas sociopolíticos fantasísticos, que proporcionam fontes de prazer e fruição da vida emocional na realização de desejos menos bruscos, como por exemplo, as revoluções armadas ou os regimes autoritários (FREUD, 2006). Daí a importância da *netiquette* que há em alguns grupos liberais, como o da figura 3:

Figura 3 - Exemplo de comunidade virtual que possui suas próprias regras para discussão política

dignidade da coisa (*das Ding*). Esse elevar sustenta o vazio de *das Ding* e possibilita que o real potencialize-se pelo ato criativo, tal processo ocorre através de um engodo entre a cultura e o registro do imaginário. Só a partir de tal encontro que formam-se os valores e formas valorizados socialmente que não reduzem o processo sublimatório a um caráter instintivo. Para Lacan, a sublimação não se restringe ao gozo fálico (aquele que abarca os prazeres humanos em geral), trata-se um processo para além do gozo fálico e que envolve a dessexualização da pulsão (no sentido estrito do gozo incestuoso) e a satisfação criativa (TOREZAN; BRITO, 2012).



Fonte: imagem extraída da página de *Facebook* de um grupo liberal.

O “consenso conflituoso”, termo que Mouffe (2013) delega como motor da democracia agonística, envolve a questão do respeito como algo indubitavelmente necessário no dissenso, que é próprio tanto do nível ontológico do conflito político, quanto das instâncias políticas democráticas. A partir do “consenso conflituoso”, é possível reconhecer os limites possíveis entre as identidades coletivas adversárias no jogo democrático e estabelecer a legitimidade democrática de tais identidades adversárias. Pelo fato da divisão de identidades e dos conflitos entre estas não terem um fim, o “consenso conflituoso” sempre fornecerá aos cidadãos uma identidade coletiva adversária externa, um “eles” que serve de “exterior constitutivo” a uma identidade coletiva com a qual um cidadão se identifica e a enxerga como um “nós”. É esse o “momento do político”, ou seja, o reconhecimento de um caráter constitutivo próprio do social. Assim, afirma Mouffe (2007, p. 25):

Além disso, como já assinali, o “eles” representa a condição de possibilidade de um “nós”, sua “exterioridade constitutiva”. Isto significa que a constituição de um “nós” específico depende sempre do tipo de “eles” com o qual se diferencia. Este ponto é crucial, já que nos permite conceber a possibilidade de diferentes tipos de relação nós/eles de acordo com modo ao qual o “eles” é construído.

Comunidades virtuais, que servem de ágoras públicas, como alguns grupos de *Facebook*, conseguem se organizar para debaterem horizontalmente

questões que antes eram refletidas de forma vertical entre autoridades, conforme salienta o psicanalista Christian Dunker (2011). Isso inclui, para o autor, a política, que ainda não sabe gerir decisões de interesse público. Esse modelo, segundo Dunker, nos expõe a uma civilização de zeladores, gestores, formadores de opinião que tentam transformar uma questão aberta, ou seja, uma questão que sirva como “momento do político” (para pensar a partir das ideias de Laclau e Mouffe), em uma norma ou contra norma, o que na Teoria do Discurso seria uma ordem hegemônica ou contra-hegemônica. Dunker afirma que esse modelo possibilitado contemporaneamente pela *Internet* tende a aumentar tanto a agressividade nos debates, quanto o número destes, justamente por haver uma implicação mais direta dos desejos dos *netizens*, ou seja, por haver uma maior imposição de identidades coletivas às fantasias dos vizinhos, tratados como “eles”. O pluralismo agonístico não descarta tal argumento, mas entende que a democracia pluralista ainda é um meio mais adequado para lidar com tais paixões políticas através da sublimação destas.

Desde Freud que o afeto na psicanálise compreende toda a gama de sentimentos humanos que – para pensar nos termos da Teoria do Discurso – se manifestam mesmo em retóricas e práticas discursivas. Já em Lacan, o afeto sempre esteve ligado a abordagens que fazem referência à questão do gozo⁸ (CORRÊA, 2005). Assim, para citar alguns exemplos, a própria participação de *netizens* nos debates em grupos liberais e conservadores de *Facebook*, ou a organização de movimentos a partir de “páginas categóricas” feministas, se dá em uma relação tecida em um nível afetivo que compreende a identificação das

⁸ Quando Lacan foi acusado em uma jornada de ensino em Montreux, na Suíça, por nunca falar em afeto, o psicanalista francês retrucou: “Eu sempre falei de afeto!”. O que distingue a abordagem lacaniana da abordagem freudiana, é o fato de Lacan não tratar o afeto como um sentimento, mas, utilizando-se de uma expressão cartesiana, ele o encara como uma “paixão da alma” (CORRÊA, 2005). O que Lacan acrescenta à sua psicanálise, na década de 1970, é o destaque à noção de gozo, resgatando, em certa medida, a metapsicologia de Freud. O interesse da psicanálise lacaniana, em termos linguísticos, está no ponto em que a linguagem tropeça, se equivoca. Pois, onde a fala fracassa aparece o gozo. Assim, Lacan (2008) postula que o ser, inconscientemente, goza ao falar. Embora Freud utilize-se do termo “gozo” (*Genuss*) ao longo de sua obra, designando-o em sua conotação sexual (às vezes substituindo *Lust*, “prazer” em alemão, por *Genuss*), como um prazer provindo de algo penoso, ele não faz do termo um conceito. Utiliza-o apenas como uma palavra. O gozo refere-se a prazeres extremos, alegria intensa, júbilo, êxtase (não se deve confundir o gozo com a volúpia, o prazer orgástico). Por conta da pulsão de morte, o gozo pode manifestar-se como excessos em sensações dolorosas, repulsa, asco ou horror. É por meio desta abordagem que Lacan começará a introduzir suas concepções de gozo (NASIO, 1993).

identidades coletivas dos usuários com as demandas internas a essas comunidades.

O tema da tolerância/intolerância historicamente tem acompanhado o desenvolvimento da humanidade, inclusive nas duas primeiras décadas do século XXI, contexto no qual as pessoas podem levar as instâncias dos conflitos políticos para a dimensão virtual, na *Internet*.

Figura 4 - Consulta pública feita pelo Senado Feral sobre a proposta que visa tornar inafiançáveis crimes de discriminação ou preconceito de procedência regional ou identidade cultural⁹



Fonte: Imagem extraída da página de *Facebook* do grupo “Conservador A”.

Aqui, concorda-se com Moraes (2012) e Pinto (2000), quando se defende que a tolerância, como valor ou um princípio, não pode sustentar a complexidade do social, não sendo suficiente também para romper com as injustiças causadas por desigualdades sociais. Entende-se, assim, a partir de um olhar psicanalítico¹⁰ presente na obra de Mouffe, que “Apesar do mal-estar inerente, a única solução viável para o homem sobreviver com suas pulsões, na cultura, é através do ato de sublimar” (FINGER, 2010, p. 8). Finger (2010) lembra que é um ponto positivo da sublimação o estabelecimento de laços sociais entre os homens e as mudanças que estes podem constituir através de criações políticas e socioculturais. Ora, como já foi demonstrado, a proposta de uma democracia

⁹ A imagem se refere à sugestão nº1, de 2017, colocada para consulta pública *online* pelo Senado Federal. A sugestão é de tornar como crime inafiançável os atos de discriminação ou preconceito de procedência regional ou identidade cultural, visando também instituir um Dia Nacional de Combate ao Preconceito de Procedência Regional e Identidade Cultural.

¹⁰ O mal-estar destacado pela psicanálise, e que é transposto para o pensamento de Mouffe, se deve à “*desarmonia* nos *laços sociais* que então foi sublinhada por Freud. Com isso, enfim, o discurso freudiano assume um *estilo trágico* de leitura da modernidade” (BIRMAN, 2016, p. 134).

agonística é um meio de sublimação para fazer do conflito um recurso criativo para o estabelecimento de projetos hegemônicos.

Para além da questão da sublimação dos impulsos, e somando-se a essa, é importante ressaltar que, a partir de um ponto de vista lacaniano dos conflitos, há mais do que uma espécie de coerência simbólica nos debates vibrantes da democracia: ainda há o gozo. Assim, conforme argumentam Glynos e Stavrakakis (2008, p. 260):

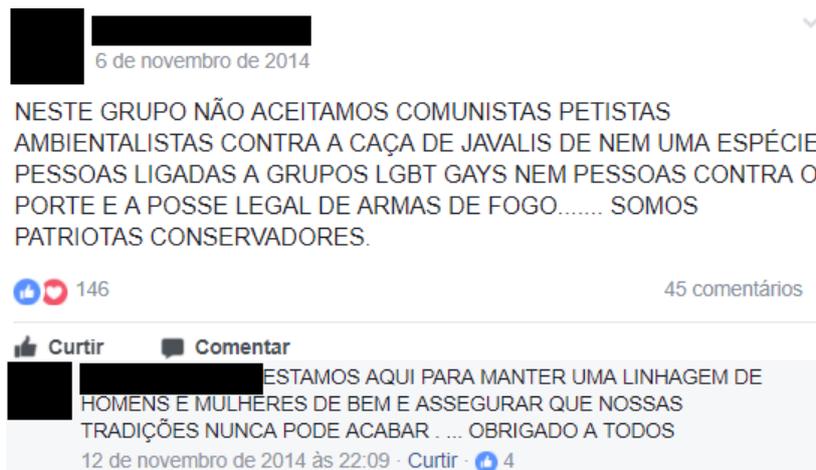
O gozo nos ajuda a responder de maneira mais concreta o que está em jogo na identificação sociopolítica e na formação identitária, ao sugerir que o respaldo dado às fantasias sociais está parcialmente enraizado na *jouissance* do corpo. O que está em jogo nesses campos, segundo a teoria de Lacan, não é somente a coerência simbólica (e/ou deslocamento) e o cerne discursivo (e/ou impossibilidade) mas também o gozo, a *jouissance* (uma *jouissance* perdida/impossível, sem dúvida) que anima o desejo humano. A partir de um ponto de vista psicanalítico, os sintomas sociopolíticos persistem precisamente porque aportam uma forma de gozo ao sujeito social. Isto explica por que é tão difícil desarticular e desfazer tais sintomas.

Mouffe, influenciada pelo argumento de Glynos e Stavrakakis, defende que, para pensar as atuações sociais, é necessário que se leve em conta a *jouissance* proporcionada através do ativismo político, ou seja, o *enjoyment* que possibilita e serve de motor inconsciente para a persistência das formas políticas de identificação. Assim, a partir de um olhar que considera o gozo, a autora reflete sobre as identidades coletivas nacionalistas, que averigua como de intensa dimensão afetiva¹¹.

É possível capturar tais reverberações nacionalistas também em instâncias do ciberespaço. Para citar um exemplo, há no *Facebook* diversos grupos conservadores cujos membros acabam por se identificarem como nacionalistas ufanistas que se colocam como inimigos de outras identidades coletivas, acusando estas de estarem roubando algo que é essencialmente deles – o que é abordado aqui como o gozo. Assim, tais postagens (hipertextos) fazem desses grupos canais antagônicos. A Figura 5 evidencia isso:

¹¹ É importante que aqui se diferencie o afeto, como uma tensão ou emoção que atravessa os personagens de uma cena fantasística durante a ação principal desta, do gozo (mais-gozar), como substância, que em geral não é sentido, embora seja o motor inconsciente da ação fantasística (NASIO, 1993). Ainda que sempre que Lacan se refere ao gozo, ele também se refere aos afetos.

Figura 5 - Comentários publicados em um grupo conversador nacionalista



Fonte: imagem extraída de um grupo conservador.

O intolerante, argumenta Dunker (2015), é um mestre invadido. O que não se tolera é um fragmento de gozo inadmitido na fantasia do sujeito intolerante. Assim, para usar alguns exemplos, o autor considera o xenófobo como alguém que não teria a capacidade de lidar com a irrelevância ou a impotência de sua própria origem; já o machista seria aquele que teme as conquistas dos direitos das mulheres por sentir-se desprotegido. A intolerância, portanto, é uma reação ao gozo do outro que é sentido pelo intolerante como excessivo e intrusivo ao seu próprio gozo.

Dunker (2016) afirma que grupos que se definem por identidades podem se tornar perigosos, em virtude do fato da identidade ter de ser permanentemente repostada e confirmada. Assim, para o autor, a identidade tende sempre a ser imposta a um outro, um vizinho que passa a ter sua fantasia ameaçada. Ora, o pluralismo agonístico estabelece como regra do jogo democrático o reconhecimento da legitimidade entre as identidades coletivas adversárias justamente para que nenhuma delas se torne um “mal” à outra através da intolerância. Da mesma forma, não é pretensão da democracia agonística eliminar os antagonismos, mas trabalhar com a possibilidade de sublimá-los em meio ao mal-estar inerente dos laços sociais.

3. REFERÊNCIAS

AMARAL, Caroline de Aquino; FERREIRA, Arnaldo Telles. Midiativismo: as redes sociais no movimento brasileiro. **Anais Eletrônicos de Comunicação Social**, Joaçaba, p. 91-104, 2015.

BURITY, Joanildo. **Psicanálise, identificação e a formação de atores coletivos** [Mimeo]. Trabalhos para discussão Tpd, n. 82, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a *Internet*, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **O poder da comunicação**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

CAVALCANTE, Marianne Carvalho Bezerra. Mapeamento e produção de sentido: os links no hipertexto. In: MARCUSCHI, Luiz Antonio; XAVIER, Antônio Carlos. (Orgs.). **Hipertextos e Gêneros Digitais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p.163-9.

DUNKER, Christian. **Políticas de identidade e a busca de um novo modelo de crítica**. *Revista Forum*. 17/02/2016. *Link* de acesso:

<https://www.revistaforum.com.br/2016/02/17/christian-dunker-politicas-de-identidade-e-a-busca-de-um-novo-modelo-de-critica/>. Último acesso: 18/07/2017.

_____. Intolerância e cordialidade nos modos de subjetivação no Brasil. **Sig**: revista de psicanálise/Sigmund Freud Associação Psicanalítica – Vol 4, n: 6 (Jan/Jun/2015), p. 81 – 102. Porto Alegre: Sigmund Freud Associação Psicanalítica, 2015.

FLORENCE, Jean. As identificações. In: **As identificações na clínica e na teoria psicanalítica**. P. 115 – 146. Organizador: ROITMAN, Ari. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FINGER, Sheila Skitnevsky. O possível & o impossível perante a intolerância. Curso Virtual “Educação para a Tolerância: Contribuições Psicanalíticas” – out a dez, 2010.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massa e análise do eu**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

_____. **Personagens psicopáticos no placo**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

GLYNOS, Jason; YANNIS, Stavrakakis. Encuentros del tipo real: indagando los limites de la adopción de Lacan por parte de Laclau. In: Critchley, S. & Marchat, O. **Laclau: aproximaciones criticas a su obra** . Fondo del Cultura Economica, 2008.

JUNGBLUT, Airton Luiz. A heterogenia do mundo *online*: algumas reflexões sobre a virtualização, comunicação mediada por computador e ciberespaço. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 10, n. 21, p. 97-121, jan./jun. 2004.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica *online*. Porto Alegre: Penso, 2014.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política estratégica radical**. São Paulo: Intermeios.

MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. Do estruturalismo ao pós-estruturalismo: entre fundamentar e desfundamentar. In: **Pós-estruturalismo e teoria do discurso**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

_____. Em torno de Ernesto Laclau: pós-estruturalismo e teoria do discurso. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2014.

MENDONÇA, Daniel de. Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. *Sociedade e Estado*, v. 25, n. 3, p. 479 – 497, 2010.

_____. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 43, n. 3, 2007.

MORAIS, Maria Carolina. Faces da intolerância na contemporaneidade. *Leitura Flutuante*, n. 4, p. 195 – 206, 2012.

MOUFFE, Chantal. **Agonistics: thinking the world politically**. United States of America: Verso Books, 2013.

_____. **En torno a lo político**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

NASIO, Juan David. **Cinco lições sobre a teoria de Jacques-Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

VALAS, Patrick. **As dimensões do gozo**. Zahar, 2001.

PESSOA, Carlos. Hegemonia em tempos de globalização. In: **pós-estruturalismo e teoria do discurso**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

PRATA, Maria Regina. Pulsão de morte: mortificação ou combate. *Ágora*, v. 3, n. 1, p. 115 – 135, 2000.

QUINET, Antonio. **A heteridade de Lacan**. Texto apontado no colóquio ‘2001 – Uma odisseia lacaniana’. Rio de Janeiro. 11/04/2001.